



## ATA

---



ATA DA 5<sup>a</sup> REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS, DA 2<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA, DA 18<sup>a</sup> LEGISLATURA, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016.

Às nove horas do dia onze de outubro do ano de dois mil e dezesseis, no Mini Plenário “Deputado Judivan Cabral”, da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Minorias para tratar sobre os temas de sua competência e deliberar sobre a pauta da mencionada Comissão. Sob a Presidência do deputado Frei Anastácio e contando com as presenças dos deputados João Gonçalves, Jutay Menezes e Raniery Paulino. Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ato contínuo convidou o deputado Jutay Menezes para secretariar os trabalhos, que procedeu à leitura da Ata da 4<sup>a</sup> Reunião Ordinária, realizada no dia 14 de junho de 2016, a qual foi aprovada por unanimidade e sem restrições. Na sequência, colocaram-se em apreciação e votação os seguintes projetos de lei: 658/2016 – do deputado Dinaldinho Wanderley – que torna obrigatória à numeração das cadeiras nas salas de cinema do estado da Paraíba e dá outras providências. Relatoria: Deputado Jutay Menezes, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 675/2016 – do deputado Nabor Wanderley – que dispõe sobre a

prioridade à prevenção da epilepsia e assistência às pessoas epilepticas no estado da Paraíba e dá outras providências. Relatoria: Deputado Jutay Menezes, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 715/2016 - do deputado Jutay Menezes – que determina a obrigatoriedade das instituições comerciais, industriais e financeiras a fornecerem, por escrito, sempre que solicitado, o(s) motivo(s) de indeferimento de crédito ao consumidor e dá outras providências. Relatoria: Deputado João Gonçalves, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 723/2016 - do deputado Tovar Correia Lima – que proíbe a cobrança de taxa de repetência, taxa sobre disciplina eletiva e taxa de prova por parte das instituições particulares de ensino superior no âmbito do estado da Paraíba e dá outras providências. Relatoria: Deputado Jutay Menezes, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 731/2016 – do deputado Edmilson Soares – que dispõe sobre a obrigatoriedade de calibrador de pneus em postos de combustíveis e dá outras providências. Relatoria: Deputado João Gonçalves, em substituição ao deputado Frei Anastácio, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 734/2016 – do deputado Raniery Paulino – que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais informarem em seus cardápios sobre a ausência de glúten e/ou lactose em suas refeições. Relatoria: Deputado João Gonçalves, em substituição ao Deputado Frei Anastácio, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 763/2016 – do Deputado Tovar Correia Lima Torna – que obrigatoria a instalação de placas em braile contendo a relação dos linhas de ônibus e seus itinerários nos terminais rodoviários do Estado. Relatoria: Deputado Raniery Paulino, que emitiu

✓

Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 786/2016 – Do Deputado Adriano Galdino - que veda a distinção de preço para pagamento em dinheiro, cheque e cartões de crédito ou débito pelos estabelecimentos comerciais, no Estado da Paraíba. Relatoria: Deputado Raniery Paulino, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, o Deputado João Gonçalves opinou pela Inconstitucionalidade da matéria, mas se mostrou favorável ao Parecer. Na sequência O Parecer foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade, com a ressalva do Deputado João Gonçalves. 789/2016 – do deputado Adriano Galdino – que institui o dia estadual em memória das vítimas do holocausto. Relatoria: Deputado Jutay Menezes, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 797/2016 – do deputado Galego Souza – que determina a proibição de exibição, divulgação e apresentação de outdoor, cartazes ou qualquer material publicitário, que contenha apelo erótico e depreciar a pessoa humana como objeto sexual, e dá outras providências. Relatoria: Deputado João Gonçalves, que ressaltou tratar-se de matéria polêmica, mas emitiu parecer pela aprovação. Em discussão o Parecer, o Deputado Raniery fez algumas ponderações acerca da matéria, afirmando que a norma restringe a criatividade da publicidade paraibana, mas disse que votaria pela aprovação. O Deputado Jutay Menezes opinou que a matéria se tratava de competência municipal. Em votação, aprovado o Parecer por maioria, com o voto contrário do Deputado Jutay Menezes. 799/2016 – do deputado João Gonçalves – que obriga o estabelecimento responsável pela comercialização de bicicleta a registrar o número fiscal emitido ao consumidor, e dá outras providências. Relatoria: Deputado Raniery Paulino, em substituição ao deputado Frei Anastácio, que emitiu Parecer de Mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 803/2016 – do deputado Adriano Galdino – que dispõe sobre a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano



butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 anos no estado da Paraíba e dá outras providências. Relatoria: Deputado Raniery Paulino, em substituição ao deputado Frei Anastácio, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 814/2016 - do deputado Adriano Galdino - que institui a política de direitos humanos e assistência a filhos de mulheres apenadas ou filhos que tenham mães assassinadas no âmbito do estado da Paraíba e dá outras providências. Relatoria: Deputado Jutay Menezes, que emitiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão o Parecer, o Deputado João Gonçalves ressaltou que já existia matéria com o mesmo teor, mas votaria favorável à matéria, e o deputado Raniery Paulino fez algumas ressalvas sobre o projeto, esclarecendo alguns pontos importantes. Na sequência o Parecer foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 815/2016 - do deputado Caio Roberto - que proíbe o fornecedor de impedir ou dificultar a escolha pelo consumidor, no âmbito do estado, do posto de assistência técnica autorizada a que deve recorrer em caso de vícios ocorridos no produto, durante o período de garantia. Relatoria: Deputado João Gonçalves, em substituição ao deputado Caio Roberto, que ressaltou ser a matéria de competência da União, e que ela já estaria contemplada no Código de Defesa do Consumidor, mas afirmou que votaria favoravelmente pela aprovação. Na sequência o deputado Raniery Paulino pediu vista para uma melhor análise. Pedido acolhido pelo presidente, que retirou o projeto de pauta. 827/2016 - do deputado Adriano Galdino - que proíbe a cobrança de multas ou taxas abusivas dos consumidores pelo extravio ou danificação de comanda, cartão de consumo ou congêneres. Relatoria: Deputado Jutay Menezes, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 833/2016 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - que estabelece a obrigatoriedade de indicação expressa, na parte frontal dos rótulos de todos os produtos, comercializados no estado da Paraíba, que utilizem gás butano e/ou propano, sobre o risco de morte que a prática de inalar referido gás pode causar. O Deputado Raniery Paulino pediu vista para uma melhor análise.



Pedido acolhido pelo Presidente, que retirou o projeto de pauta. Ato contínuo o deputado Frei Anastácio agradeceu a presença dos parlamentares e declarou encerrada a reunião. Lavrando a presente Ata Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada, será assinada e rubricada em todas as suas folhas pelo Presidente da comissão, em conformidade com o disposto no artigo 60 do RI desta Casa Legislativa. Mini Plenário Deputado Judivan Cabral. João Pessoa, 11 de outubro de 2016.

  
Deputado Frei Anastácio

- Presidente -